

EDUCAÇÃO E MUDANÇA SOCIOCULTURAL: O PROGRAMA DE SAÚDE AMBIENTAL DA CIDADE DE RECIFE COMO AGENTE INTERVENTIVO

Daniela Pedrosa Barreto¹
Francisco Xavier dos Santos²
Wellington Duarte Pinheiro³

RESUMO: *Este trabalho tem por objetivo apresentar de forma sucinta a relação entre uma Política Pública específica (o Programa de Saúde Ambiental - PSA, implantado pela Prefeitura da Cidade de Recife), e a educação não-formal, em uma comunidade de bairro da periferia urbana de Recife, mediante a atuação dos Agentes de Saúde Ambiental (ASAs). Do contexto em análise, avulta a mudança sociocultural dos moradores assistidos pelo Programa no que tange à maneira de entender o meio-ambiente e sua interação com o mesmo. Isso se reverte em menos danos à natureza e melhoria na qualidade de vida de si mesmos.*

Palavras-Chave: Meio ambiente; Política pública; Educação não-formal; Mudança sociocultural.

INTRODUÇÃO

A realidade e as características sociais observadas nas periferias das grandes cidades do País apresentam significativas semelhanças entre si no que se refere aos processos relacionais e às condições ambientais e de saúde da população presente nessas localidades. As periferias urbanas exprimem inúmeros problemas socioambientais enfrentados pelas comunidades locais, economicamente desprovidas e marginalizadas. Tais problemas exercem influência e estabelecem os tipos de valores e comportamento da comunidade perante o meio ambiente, afetando diretamente a sua qualidade de vida.

Tendo em vista a importância de uma maior atenção voltada à realidade social descrita, foi criado pela Prefeitura da Cidade de Recife, o Programa de Saúde Ambiental (PSA). Por meio de seus Agentes de Saúde Ambiental (ASA) são percebidas e realizadas modificações em localidades da cidade, notadamente a periferia. Através de visitas às residências, fiscalizando, recolhendo dados, informando e educando os moradores a respeito de cuidados essenciais com o armazenamento, tratamento e economia dos recursos naturais; além de hábitos associados à saúde e higiene, os Agentes atuam interventivamente.

Este artigo tem por objetivo demonstrar a relação do PSA com a educação não-formal, mediante a atuação dos Agentes de Saúde, a fim de verificar a mudança sociocultural ocorrida entre os moradores da localidade assistidos pelo Programa. O artigo tem por base pesquisa realizada sobre a problemática socioambiental e seus desafios presentes no Conjunto Hélio Mariano, localizado em bairro da periferia da Cidade de Recife, onde, na pesquisa, constatamos

¹ Bacharel em Turismo pela Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE: danielabarreto_br@yahoo.com.br

² Mestrando em Educação vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: frantchescko@yahoo.com.br

³ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: pinheiraosociais@yahoo.com.br

que a partir da implantação e execução do PSA, tornou-se possível entender que as relações sociais, mediante uma educação ambiental não-formal, em meio a uma comunidade, são capazes de desenvolver a compreensão e responsabilidade da população em relação ao meio ambiente, seus recursos e hábitos associados ao correto acondicionamento do lixo, armazenamento da água e práticas higiênicas. Essa nova compreensão dá origem a mudanças comportamentais, alterando positivamente a qualidade de vida da comunidade por nós observada.

O presente texto está estruturado da seguinte forma: a primeira seção trata da problemática ambiental relacionada com a intervenção humana, dispondo sobre as modificações sofridas pelo meio-ambiente; em seguida, abordamos o Programa de Saúde Ambiental (PSA) e sua importância na construção de uma sociedade consciente da responsabilização para com os recursos naturais e; finalmente, discorreremos sobre a questão da educação no contexto formal (educação escolar) e no do não-formal (promovida pelo Programa de Saúde Ambiental da Prefeitura da Cidade de Recife) que exerce papel fundamental no que se refere o nosso estudo.

1. PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E INTERVENÇÃO HUMANA

O mundo tem apresentado no século XXI um cenário de grandes modificações ocorridas ao longo do tempo em relação ao meio ambiente e seus recursos naturais, como indicativo de progresso, intensificando-se nos últimos 30 anos a partir de uma

(...) visão mecanicista da razão cartesiana [que] converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna (LEFF, 2001, p.15).

Inúmeros problemas ambientais e socioambientais podemos encontrar em áreas litorâneas, rurais e urbanas. E são de tal monta, que nem mesmo as diversas conferências ou encontros sobre tais questões ocorridas no Brasil e no mundo, têm sido capazes de conter a destruição e a escassez delas decorrentes.

Toda essa problemática ambiental, causada por intervenção humana, se dá pelo acentuado desequilíbrio existente na estrutura e funcionamento da relação entre população, recursos naturais, produção, consumo e resíduos; advindos de gestão frequentemente direcionada a uma minoria dominante e seus interesses para a manutenção ou aumento, a qualquer custo, de um império, independente de conseqüências drasticamente irreversíveis que venham causar em escala global.

No contexto urbano, desafios ambientais são enfrentados pela população (em sua maioria, socialmente desprovida e marginalizada) localizada em áreas de periferia, cujas moradias são caracterizadas por estruturas e construções improvisadas, suscetíveis ao desencadeamento de acidentes ou epidemias (infecciosas e parasitárias) por falta de saneamento básico, coleta de lixo e tratamento dos aterros sanitários. A inexistência de centros educacionais ou de lazer que tratem, em meio à comunidade, sobre a importância e preservação do meio ambiente, como fator determinante de sua qualidade de vida, é outro exemplo desses desafios⁴.

⁴ A revista Época, em edição especial sobre o meio ambiente (março 2008), trata sobre alguns exemplos a respeito de certos dilemas fazendo referências acerca de atitudes “ecologicamente corretas”, no que se refere, além de outros assuntos abordados, a despeito do descarte e consumo de produtos - problema bastante evidente nas grandes cidades.

Em Recife, “dos 3,38 milhões de metros cúbicos de esgoto produzidos mensalmente pelos quase 1,5 milhão de habitantes apenas 33% são coletados. Desses, só 70% passam por estações de tratamento; o restante é jogado nos rios ou em fossas *in natura*.” (GARCIA, 2008). Encontram-se também nestas áreas, de ambiente propício, a manifestação e proliferação de doenças como a dengue e a filariose, desenvolvidas de forma generalizada.

Contudo, algumas iniciativas isoladas, mas que apresentam resultados significativos em dimensões ainda pequenas, tendem a se multiplicar através da percepção da finitude dos recursos e das próprias “sub-condições” ambientais nas quais está inserida a maioria dos seres humanos. Isto – mediante educação ambiental não-formal e conscientização para economia, tratamento e armazenamento correto de recursos naturais e resíduos – pode desenvolver em meio a uma comunidade mudanças positivas evidentes. E é exatamente sobre a possibilidade de tais mudanças que trata a pesquisa da qual este trabalho é extraído. Ela focaliza a parceria entre governo, sociedade e trabalho de agentes de saúde no bairro de Linha do Tiro, na comunidade do Conjunto Hélio Mariano, em Recife, Pernambuco, no ano de 2004.

O conjunto residencial Hélio Mariano está situado no bairro da Linha do Tiro, zona noroeste da cidade de Recife. Este conjunto é formado por 10 blocos residenciais, totalizando 286 imóveis, onde residem aproximadamente 1100 pessoas. O rendimento econômico da comunidade oscila entre pessoas sem rendimento, pessoas que percebem dois salários mínimos, e pessoas que recebem entre três e cinco salários mínimos. O local apresenta um quantitativo considerado de pessoas cadastradas em programas de transferência de renda como o programa bolsa-escola. O conjunto não tem área de lazer nem instituição de ensino, o que contribui para o alto índice de criminalidade no local (Distrito Sanitário II, 2005)⁵.

Inicialmente, o contato entre agentes e a população da localidade estabeleceu-se de maneira conflituosa, hostil, entendida pela última como uma atitude invasiva, de modo que esta não concebia as *benesses* de informações advindas de um grupo social “alheio” à realidade do contexto vivenciado especificamente em subúrbios. Porém, mediante um longo, paciente e organizado trabalho de educação ambiental não-formal tornou-se possível o estabelecimento de uma relação de confiança entre ambas as partes, desencadeando um processo de mudança ambiental e socioambiental, tornando a comunidade em questão consciente de que atitudes individuais refletem de modo coletivo.

2. O PROGRAMA DE SAÚDE AMBIENTAL DA PREFEITURA DA CIDADE DE RECIFE.

O Programa de Saúde Ambiental é uma política pública implementada pela Prefeitura da cidade do Recife, no ano de 2001. Ele tem como função principal trabalhar o controle e monitoramento de agravos à saúde humana, especificamente doenças provindas do meio ambiente.

O PSA tem como uma das principais características ser fundamentado pelo conceito de promoção da saúde. Esse argumento teórico é entendido como um dos principais elementos conceituais que estrutura este programa. O cientista Sigerist (1946) foi um dos primeiros autores

⁵ Dados referentes à época da pesquisa.

a fazer referência ao termo promoção da saúde, quando definiu as quatro tarefas essenciais da medicina: a promoção da saúde, a prevenção de doenças, a recuperação de enfermos, e a reabilitação. A importância de falarmos deste conceito é devido ao fato dele contrapor-se ao modelo de medicalização da medicina, e enfatizar a necessidade por um modelo de saúde pública que dá ênfase na prevenção das enfermidades. Essa última característica é de fundamental importância para se compreender a lógica de funcionamento do PSA (ênfase na prevenção mediante a conscientização da população sobre os fatores ambientais relacionados à saúde ambiental). Para dar mais propriedade ao nosso argumento, PSA como elemento de desafio sócio ambiental, é fundamental trabalhar o conceito de educação ambiental relacionado a esta política pública e compreender como a sociologia analisa essa relação política pública *versus* sociedade na concepção de mudança social.

A importância do Programa em foco pode ser avaliada nas considerações de Martins (2005, p.4):

(...) o PSA constitui um desdobramento original de uma nova mentalidade de realização de políticas públicas que se inspiram na novidade do SUS e no impacto do SUS sobre o desenvolvimento de ações na base territorial. Nesta perspectiva, o PSA não expressa apenas um aperfeiçoamento de programa de governo, mas avanços práticos na construção de um novo paradigma na saúde e na gestão estatal.

Segundo Medina e Santos (2001, p.25) “a educação ambiental pretende construir novas formas de pensar incluindo a compreensão da complexidade e das emergências da realidade ambiental”. Para exemplo prático da atividade de educação ambiental, ele cita alguns exemplos importantes. Primeiro, o correto armazenamento da água, evitando doenças vetoriais como a dengue. Segundo, o correto acondicionamento do lixo, prevenindo doenças de diversas naturezas como leptospirose, verminoses dentre outras. Terceiro, para áreas de grandes riscos ambientais (como áreas de morro), os agentes educam as pessoas para manterem as barreiras secas, evitando lavar roupa em cima delas, pois tal fato provoca umidade nas mesmas, tornando maior a possibilidade de deslizamento.

Essas orientações, que antes não chegavam à população, hoje são uma realidade em meio à comunidade, fazendo-se superar os mais diversos desafios socioambientais contidos em tal contexto através de um trabalho de parceria e integração. Desse modo, o PSA envolve a comunidade local na construção de ambientes não degradados, aliando as novas características de operacionalização à capacidade de conscientização do indivíduo.

Conforme a descrição acima, caracterizada por uma nova forma de enfrentamento e execução da saúde pública, destacamos o fato de que a eficiência do PSA adicionada à educação ambiental não-formal provoca mudança de comportamento da população, e essa alteração é compreendida como uma forma de desafio socioambiental. Tal argumento é respaldado mediante a transformação da compreensão do meio ambiente pelos indivíduos assistidos por essa política pública, sendo essa mudança de comportamento e realidade entendida sociologicamente como mudança social.

Conforme Pinheiro, a mudança social operacionalizada pelo PSA enfatiza a perspectiva qualitativa do indivíduo como se observa a seguir baseado no texto de Sztompka.

O limite da mudança pode ser considerado qualitativo. Pode-se adotar como norma prática o requisito de uma mudança de estruturas com modificações importantes na rede de relações adquiridas do sistema social ou do campo sócio-cultural. Pode se considerar que essas mudanças tocam o núcleo da realidade social, visto que suas repercussões são sentidas em todos os aspectos da vida social, transformando sua qualidade global (SZTOMPKA apud PINHEIRO, 2006: 10).

De uma forma ampla, na prática, a mudança social é percebida quando observamos a mudança de postura de comportamento dos moradores em relação ao meio ambiente. Em nossa visita à comunidade constatamos uma alta incidência da maneira correta na forma de se acondicionar à água; os ambientes das residências estão mais limpos; a população pede que os agentes de saúde verifiquem os esgotos; reivindicam limpeza de canais, perguntam constantemente sobre as campanhas de vacinação anti-rábica, cobram inspeção em locais que podem trazer problemas ambientais – como terrenos abandonados, criatórios irregulares –, dentre outras reivindicações. Ressalvamos que na implantação do Programa não havia tal compreensão ou leitura da realidade social pela população, sendo essas características citadas, como anteriormente mencionadas, motivos propulsores ao desenvolvimento da pesquisa⁶.

A transformação ambiental se dá em função, além de outras coisas, da relação entre a melhoria na qualidade de vida, uma vez que entendemos a mudança de comportamento por parte da população local uma transformação fundamental para a ausência de casos de dengue; além de um melhor entendimento do acondicionamento do lixo, maior cuidado com as práticas de higiene, dentre outros hábitos associados.

Essa percepção apurada da realidade ambiental desenvolve uma consciência crítica em relação ao meio ambiente, na comunidade do conjunto Hélio Mariano, como um processo de construção social resultante de uma (re)educação sobre a importância de um ambiente propício para a qualidade da saúde humana, sendo essa consciência caracterizada pela capacidade de a sociedade mobilizar-se, discutir e reivindicar de si própria e do poder público a necessidade de preservação ambiental para estabelecer melhores condições de vida.

A visão apurada da questão ambiental é uma maneira de desafio socioambiental porque os indivíduos, agora, possuem a capacidade de analisar de forma cautelosa e responsável sobre grandes problemas ambientais, o que proporciona a formação de uma sociedade capacitada para a tarefa de transpor os desafios socioambientais existentes em nosso ecossistema.

3. EDUCAÇÃO

3.1 Educação Formal

De modo geral, ao falarmos de educação, imediatamente pensamos a de caráter formal, que as instituições educativas promovem no seio da sociedade como um direito universal e que na contemporaneidade, conforme diz Imbernón (apud LLEDÓ, 1998, 39),

⁶ Essa avaliação se deve à experiência de um dos autores como Agente de Saúde Ambiental do já citado Programa da Prefeitura desde o seu lançamento.

(...) prepara para participar do mundo na medida em que proporciona a cultura que compõe esse mundo e sua história, transformando-a em cultura subjetiva, o que dá forma de nossa presença diante dos bens culturais, uma maneira de ser alguém diante da herança recebida.

Qual seria, então, a função social da educação num contexto comunitário urbano, que especificamente volta-se para o desenvolvimento de atitudes cidadãs, resultando numa relação de convivência respeitosa entre indivíduo e meio ambiente natural em que vive.

Diante disso é possível pensarmos a importância da educação para o indivíduo. Isto indiretamente nos dirá Freitag (2001, 21): “Kant reconhece que o homem é o único ser vivo que precisa ser educado. Sem educação o ser humano permanece selvagem”.

Não há, por assim dizer, lugar em nossa sociedade que possa prescindir a educação dita formal, ainda que haja outros espaços capazes de promoverem a educação, pois, para Brandão (2000:9),

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Mas, não obstante, a existência desses outros locais, é preciso atentar à importância e contribuição da instituição educativa formal durante a história humana, inclusive no processo de construção da identidade cidadã do sujeito. Pois, “Ela ajuda a pensar os tipos de homens. Mais que isso, ela ajuda a criá-los (...)” (BRANDÃO, 2000:11).

Se a educação é um bem social, um direito universal, capaz de abarcar dimensões sociais e culturais das mais variadas; então, conforme nos diz Imbernón (2000:51), “(...) a escola deve assomar-se à vida, à sociedade, ao que a rodeia, não para substituir com os materiais que o meio proporciona sua própria missão, mas sim para projetá-la sobre todos esses materiais”.

3.2 Educação Não-formal

Como atesta Brandão (1984, p.07), “Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, (...) todos os dias misturamos a vida com educação” não havendo local específico, nem restrito para a sua concretização.

Numa outra ocasião, talvez pudéssemos analisar as muitas agências que de algum modo apresenta conexão com a educação. Mas, em face da nossa proposta de estudo, cabe aqui discutir a educação promovida tanto pela instituição escola e entendida como do tipo formal e de certo modo por nós já discutida, bem como àquela que se desenvolve a partir do universo que compõe o Programa de Saúde Ambiental da Cidade de Recife caracterizado como uma possibilidade de educação não-formal. E, nesta perspectiva, ainda que de princípio essa forma apresentada conduza a uma idéia de espaços distintos da educação; na verdade, a análise que propomos aponta para uma perspectiva de integração que se assemelha a um pensamento de Elias (1994) de que é impossível o local sem relação com o universal, da existência de um eu sem um nós, ou seja, a relação de interdependência.

É neste universo da educação não-formal, que entendemos a ação promovida pelo PSA, através da ação educativa dos seus ASAs, onde nos espaços de atuação (junto às comunidades suburbanas de Recife), no nosso caso específico, no Conjunto Hélio Mariano, no qual fora

percebida uma mudança sociocultural, no que tange à maneira de entender o meio-ambiente e sua interação com o mesmo, revertendo-se em menos danos à natureza e melhoria na qualidade de vida da comunidade local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas reflexões se impõem como resultantes da análise empreendida. Assim sendo, ressaltemos, primeiramente, que a relação entre Política Pública (o PSA) e a educação não-formal – caracterizada pela ação interventiva dos ASAs –, provoca mudanças de comportamento, dotando a população de uma crítica consciência ambiental.

A visão apurada da questão ambiental é uma maneira de responder aos desafios sócio-ambientais porque os indivíduos, agora, possuem a capacidade de analisar de forma cautelosa e responsável sobre grandes problemas ambientais como, o que proporciona a formação de uma sociedade capacitada para a tarefa de transpor os desafios sócio-ambientais existentes em nosso ecossistema.

Isso é evidente na comunidade do Conjunto Hélio Mariano como um processo de construção social resultante da (re)educação sobre a importância de um ambiente propício para a qualidade da saúde humana...

Constatamos que há uma nova compreensão dos agravos sofridos pelo meio ambiente, maior conscientização dos transtornos que o ambiente modificado pode trazer a sociedade e que a relação entre o PSA e a educação não-formal proporciona mudança sociocultural dos moradores assistido pelo programa.

De uma forma ampla, na prática, a mudança sociocultural é percebida quando observamos a alteração de postura ou comportamento dos moradores em relação ao meio ambiente. Em nossa visita à comunidade constatamos uma alta incidência da maneira correta de se armazenar a água; os ambientes das residências estão mais limpos; a população pede que os agentes de saúde verifiquem os esgotos; reivindicam limpeza de canais; perguntam constantemente sobre as campanhas de vacinação anti-rábica; cobram inspeção em locais que podem trazer problemas ambientais – como terrenos abandonados, criatórios irregulares –, dentre outras reivindicações. Ressalvamos que na implantação do trabalho não havia tal compreensão ou leitura da realidade social a partir da população.

5. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Kamila Matos de. **Saúde e ambiente no nível local: uma avaliação das ações dos agentes de saúde ambiental, ASA, na cidade do Recife.** 2005. 169f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Recife, 2005.

AUGUSTO, L.G.S.; BRANCO, A. Política de informação em saúde ambiental. **Revista Brasileira de Epidemiologia.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 150-157, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação.** São Paulo: Brasiliense,

- CAMPOS, Maria C.S. de S. **Educação: Agentes Formais e Informais**. São Paulo, EPU, 1985.
- CZERESNIA, D. “O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção.” In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: ed. FIOCRUZ, 2003. p. 39-54.
- DILEMAS ambientais. **Revista Época**, Rio de Janeiro, N.Ed. 515 p.71, mar. 2008. Número Especial.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- GARCIA, Walter. **Recife, uma veneza tropical?** Disponível em <<http://www.educacional.com.br/reportagens /recife/default.asp>. Acesso 10 jun. 2008.
- KLOETZEL, Kurt. **O que é meio ambiente**. 2. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LAGO, Benjamim Marcos. **Dinâmica social: como as sociedades se transformam**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- LEFF, Henrique. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FREITAG, Bárbara. **O indivíduo em Formação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- IBERNÓN, Francisco (Org.). **A Educação no Século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2ed. Porto Alegre: Arte Médicas, 2000.
- MARTINS, P.H.; FONTES, B. “Construindo o conceito de redes de vigilância em saúde.” In: _____. **Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Universitária da UFPE, 2004. p. 104-120.
- MEDINA, Nana Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 231.
- PINHEIRO, Wellington D. **Representações Sociais, Meio Ambiente e Mudança Social**. Recife 2006. 74f Monografia (Conclusão de Curso). Universidade Federal de Pernambuco Recife, 2006.
- RECIFE. Secretaria de Saúde do Recife. **Programa de Saúde Ambiental**. Recife, 2002.
- RICHARDSON, Robert J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- RICKLEFS, Robert E. **A economia da natureza**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- SIGERIST, H. E. **The University at the crossroads**. New York: Henry Schumann Publishers, 1946.
- SZTOMPKA, Priot. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.



VV. AA. **Introdução à engenharia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.